



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

| | | |
|------------------------------------|--|---|
| PROTOCOLO | | REQUERIMENTO Nº 1769/18 |
| AUTOR : DEPUTADO LAERTE GOMES/PSDB | | APROVADO (A) VAI AO EXPEDIENTE Em _____ / ____ / 20____ <i>[Handwritten signature]</i> |

Requer à mesa Diretora na forma regimental “Voto de Louvor ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO”.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer na forma regimental, “Voto de Louvor” ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO.

Plenário das Deliberações, 10 de dezembro de 2018.

LAERTE GOMES
Deputado Estadual – PSDB
Líder do Governo





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

| PROTOCOLO | REQUERIMENTO | Nº |
|-----------|--------------|----|
| | | |

AUTOR : DEPUTADO LAERTE GOMES/PSDB

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nossa propositura busca nessa oportunidade reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE/RO., em favor do Estado de Rondônia.

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 47, de 31 de janeiro de 1983. A posse dos primeiros membros se deu no dia 22 de abril do mesmo ano. Já a instalação da Corte ocorreu em 27 de maio de 1983.

A primeira reunião ordinária do Tribunal foi realizada em 7 de junho de 1983. O prédio definitivo da Corte só viria a ser inaugurado em 1986, na Avenida Presidente Dutra, no Bairro Olaria, em Porto Velho. Já em 2008 foi inaugurado o prédio-anexo do TCE-RO.

Em 2010, o Tribunal de Contas se instalou no interior do Estado, inaugurando sua regional em Vilhena, seguida, em 2011, da inauguração de unidades nos municípios de Cacoal e Ariquemes.

O TCE-RO, que é uma instituição com jurisdição em todo o Estado de Rondônia, tem como principal atribuição constitucional fiscalizar os gastos públicos.

A partir do advento da Constituição Federal (1988) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o TCE-RO passou a atuar fortemente em sua função pedagógica, a fim de aprimorar mecanismos de fiscalização e controle, capacitando seus técnicos, orientando os jurisdicionados sobre como aplicar corretamente o dinheiro público e estimulando o cidadão a exercer o controle social.

Por essas razões aqui elencadas, é que propomos a honraria e esperamos contar com o apoio e os votos dos nobres pares.

